



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

Parecer nº 725/2023 – G3P/CF

Brasília/DF, 26 de julho de 2023.

Processo nº: 00600-00004073/2020-54-e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE)

Assunto: Inspeção

Ementa

1. Inspeção Programada realizada na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF, autorizada pela Decisão Administrativa nº 4.256/2019 (Processo nº 25.451/2019), que aprovou a programação de fiscalizações para 2020. Decisão nº 186/2021 (Peça 21): conhecimento dos resultados da Inspeção e determinação de diligência à SEE/DF. Atendimento parcial. Nova diligência determinada pela Decisão nº 3319/2022 (peça 41). Prorrogações de prazo concedidas pelos Despachos Singulares nºs 766/2022-GCIM, 75/2023-GCIM e 194/2023-GCIM (peças 46, 52 e 57). Análise das informações prestadas pela SEE/DF. Atendimento parcial.
2. **Unidade técnica** sugere nova diligência à jurisdicionada.
3. Parecer do MPC-DF **convergente com a unidade técnica.**

Tratam os autos de Inspeção Programada realizada na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, autorizada pela Decisão Administrativa nº 4.256/2019 (Processo nº 25.451/2019), que aprovou a programação de fiscalizações para 2020.

2. Em sua última manifestação a c. Corte, por meio da Decisão nº 3319/2022 (peça 41), ao considerar parcialmente atendida a diligência objeto do item II da Decisão nº 186/2021 (peça 21), determinou uma nova diligência para que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF adotasse providências complementares, *in verbis*:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer: a) do Ofício nº 188/2022 – SEE/SECEX e anexos (e-DOC 5BCF5108-c, peça 34), encaminhados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF; b) da Informação nº 88/2022-Dífipe 3 (e-DOC 1DD3FFF4-e, peça 36); c) do Parecer nº 624/2022-G3P (e-DOC 95A3E865-e, peça 39); II – considerar parcialmente atendida a diligência constante do item II da Decisão nº 186/2021 (e-DOC 9BFF21A1-e, peça 21); III – determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, providencie: a) em consonância com o disposto no art. 6º da Resolução TCDF nº 276/2014: 1) o cadastramento no SIRAC – Admissões das admissões relativas aos servidores elencados na Peça 35, com o preenchimento de todas as informações indispensáveis, incluídas as situações de acumulações de cargos, de admissões sub judice e de eventuais desligamentos, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, tendo em vista que, até o momento, ainda não foram cadastradas; 2) o cadastramento de nova ficha admissional para Karla Alessandra Tuckler Molina - CPF correto nº ***.830.141-** (Edital nº 1/2013 – Cargo: Professora de Educação Básica, especialidade Artes Plásticas, com o posterior encaminhamento da respectiva ficha admissional à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, tendo em conta que não foi cadastrada até o momento; 3) a conclusão dos respectivos procedimentos relativos às acumulações de cargos dos 13 servidores listados no parágrafo 12, de modo a completar os respectivos cadastros no SIRAC – Admissões, com todas as informações indispensáveis, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF; 4) o atendimento da diligência eletrônica proposta pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, relativa à servidora Bianca Oliveira de Aguiar, Matrícula nº 241.978-5 (Edital nº 01/2013 – Cargo: Professora de Educação Básica, especialidade Artes Cênicas/Teatro), com o posterior encaminhamento da respectiva ficha admissional à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, tendo em vista que a referida diligência ainda não fora atendida; 5) a conclusão das tratativas já iniciadas com vistas ao atendimento das diligências eletrônicas determinadas pelo TCDF, relativas aos servidores listados abaixo, com o preenchimento de todas as informações indispensáveis, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais ao TCDF: i) Marcus Vinícius Ibiapina de Sousa, Matrícula nº 234.666-4 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade História); ii) Maria Soely Pereira e Silva Souza, Matrícula nº 222.179-9*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

(Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Atividades);
 6) a conclusão dos procedimentos relativos às acumulações dos servidores a seguir listados, podendo, desde logo, adotar as medidas necessárias para adequar as admissões ao que prescreve o art. 37, inciso XVI, da CF, inclusive quanto ao repouso semanal remunerado, cadastrando no SIRAC – Admissões as informações indispensáveis, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais à(o) CGDF/TCDF, tendo em vista que até o momento permanecem com o mesmo status de diligência atendida, mas sem o devido encaminhamento; i) Hércules de Campos, Matrícula nº 213.284-2 (Cargo: Assistente de Educação, especialidade Secretário Escolar); ii) Pedro Ivo Rodrigues Alvarenga, Matrícula nº 175.698- 2 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Educação Física); b) a conclusão da verificação da autenticidade perante as instituições emissoras ou registradoras dos diplomas apresentados no momento da posse pelos servidores elencados a seguir, conforme anteriormente determinado pelas Decisões TCDF nºs 4.646/2016, item IV, e 186/2021, item II, 2: 1) Mirailde Teles de Faria, Matrícula nº 230.936-x (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Língua Portuguesa); 2) Alain Valério Matos Souza, Matrícula nº 232.030-4 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Nutrição); IV – autorizar: a) o encaminhamento de cópia da Instrução, Peça 36, e da Peça 35 à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, a fim de subsidiar o atendimento das diligências contidas nos itens/subitens anteriores; b) o retorno dos autos à SEFIPE/TCDF, para os devidos fins.”

3. Por meio da Informação nº 110/2023 – DIFIPE3 (peça 64), o corpo instrutivo referenciou os termos dos Despachos Singulares nºs 766/2022- GCIM, 75/2023-GCIM e 194/2023-GCIM (peças 46, 52 e 57), indicando que o Relator do feito concedeu prorrogações de prazo para o cumprimento da Decisão supramencionada, em atendimento aos pedidos objeto dos Ofícios nºs 1249/2022-SEE/SECEX, 127/2023- SEE/SECEX e 1298/2023 - SEE/GAB/AESP (peças 43, 50 e 55), respectivamente.

4. Informou que nesta oportunidade, se examinou o cumprimento das determinações objeto do item III da aludida Decisão, cujas informações foram encaminhadas por meio dos Ofícios nºs 1249/2022-SEE/SECEX, 127/2023-SEE/SECEX e 1976/2023 - SEE/GAB/AESP (peças 43, 50 e 60), expedidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

5. Assim, procedeu à análise das informações prestadas pela jurisdicionada, na mesma sequência em que as determinações da Corte aparecem no item III da Decisão nº 3319/2022, conforme segue:

- Sobre o item III.a.1) o cadastramento no SIRAC – Admissões das admissões relativas aos servidores elencados na Peça 35, com o preenchimento de todas as informações indispensáveis, incluídas as situações de acumulações de cargos, de admissões sub judice e de eventuais desligamentos, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, tendo em vista que, até o momento, ainda não foram cadastradas;

6. No que se refere ao atendimento desse subitem da Decisão, o corpo instrutivo assinalou que, em que pese a jurisdicionada ter informado o cadastramento de todas as fichas nos moldes solicitados pela diligência (peça 60, p. 1), ao checar cada uma das 114 admissões apontadas pela Tabela como não cadastradas no SIRAC (peça 35), verificou que somente 25 cadastramentos haviam sido efetivamente realizados e encaminhados para análise do Controle Interno, restando pendentes 38 cadastramentos não iniciados e 51 cadastramentos ainda não concluídos.

7. Em face de tal constatação, pontuou que o atendimento da diligência mais uma vez se deu de forma parcial, o que ensejaria a realização de nova determinação para que a jurisdicionada adote as providências necessárias para sanar as falhas apontadas, por meio do cadastramento no SIRAC das admissões ainda não incluídas ou da conclusão do cadastramento nos casos em que o procedimento foi iniciado mas não concluído, conforme relação de admissões constante da Tabela I (peça 61), com o posterior encaminhamento das fichas admissionais ao Controle Interno para fins de análise de legalidade por aquele órgão de controle.

- Sobre o item III.a.2) o cadastramento de nova ficha admissional para Karla Alessandra Tuckler Molina - CPF correto nº *.830.141-** (Edital nº 1/2013 – Cargo: Professora de Educação Básica, especialidade Artes Plásticas, com o posterior encaminhamento da respectiva ficha admissional à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, tendo em conta que não foi cadastrada até o momento;**

8. Quanto ao item, verificou que o novo cadastramento da ficha de admissão da servidora em epígrafe foi realizado indevidamente com base no Edital nº 23/2016, em vez do Edital nº 1/2013.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

9. Assim, considerou ser necessária a realização de nova diligência para que a SEE/DF promova novo cadastramento da ficha admissional da servidora Karla Alessandra Tuckler Molina (CPF 647.830.141-91), com base no Edital nº 1/2013, cargo de Professor de Educação Básica, especialidade Artes Plásticas, alertando-se ainda para a necessidade de posterior encaminhamento da ficha ao Controle Interno para fins de exame de legalidade da admissão, conforme detalhado na Tabela II (peça 62).

- Sobre o item III.a.3) a conclusão dos respectivos procedimentos relativos às acumulações de cargos dos 13 servidores listados no parágrafo 12, de modo a completar os respectivos cadastros no SIRAC – Admissões, com todas as informações indispensáveis, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF;

10. Ao relatar que a jurisdicionada encaminhou os esclarecimentos quanto aos procedimentos adotados visando à conclusão dos procedimentos relativos às acumulações de cargos dos 13 servidores (peça 43, p.1/4 e 6/25), o corpo instrutivo observou que, em 9 casos¹, o cumprimento da diligência se deu de forma satisfatória, com os esclarecimentos dando conta de que para alguns servidores a acumulação se deu lícitamente, enquanto para outros não houve acumulação de cargos ou a acumulação deixou de existir com a exoneração do segundo vínculo, sendo que as respectivas fichas cadastrais foram encaminhadas ao Controle Interno para fins de exame de legalidade da admissão.

11. No que tange aos demais 4 casos², destacou que embora as acumulações tenham igualmente sido esclarecidas nos moldes descritos no parágrafo anterior, verificou que a jurisdicionada ainda não concluiu o cadastramento dos dados e nem providenciou o respectivo encaminhamento da ficha ao Controle Interno.

12. Assim, considerou ser necessário determinar à jurisdicionada a conclusão, se for o caso, do cadastramento das respectivas fichas, com posterior encaminhamento para o Controle Interno para fins de exame de legalidade da admissão, conforme detalhado na Tabela III (peça 63).

¹ Servidores: Abraão de Sousa Avelino, Andreia Aparecida Tomaz Castelo Branco, Maria Creusa Mota, Maria José Firmino Ribeiro, Vera Lucia Araújo Barros, Fábila da Costa Nunes, Ariane Karina Baccarin Arnaut Cordova, Luana Ramalho dos Santos e Paulo Hernandez Ribeiro dos Santos.

² Servidores: Denize da Rocha Pinto Bacelar, Júlio Maria de Oliveira Cerqueira, Jaisson Rodrigo Costacurta e João Henrique Campos de Souza.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

- Sobre o item III.a.4) o atendimento da diligência eletrônica proposta pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, relativa à servidora Bianca Oliveira de Aguiar, Matrícula nº 241.978-5 (Edital nº 01/2013 – Cargo: Professora de Educação Básica, especialidade Artes Cênicas/Teatro), com o posterior encaminhamento da respectiva ficha admissional à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, tendo em vista que a referida diligência ainda não fora atendida;

13. Esclareceu que a diligência eletrônica proposta no SIRAC pelo Controle interno foi atendida pela área técnica responsável (peça 50, p. 1) e que, em consulta ao referido sistema, se verificou que a jurisdicionada incluiu as informações que entendeu suficientes.

14. Ainda, verificou que a ficha cadastral se encontra com carga para o Controle Interno, já com parecer pela legalidade da admissão, levando a conclusão de que se pode ter por atendido esse ponto da diligência.

- Sobre o item III.a.5) a conclusão das tratativas já iniciadas com vistas ao atendimento das diligências eletrônicas determinadas pelo TCDF, relativas aos servidores listados abaixo, com o preenchimento de todas as informações indispensáveis, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais ao TCDF:

i) Marcus Vinícius Ibiapina de Sousa, Matrícula nº 234.666-4 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade História);

15. Em relação à admissão do referido servidor, informou que a jurisdicionada deu notícia da tramitação do Processo nº 0080-000248/2016, no âmbito do qual a Gerência de Seleção e Provimento – GSELP estaria aguardando manifestação do servidor interessado (peça 50, p. 1).

16. Também observou o encaminhamento de cópia do Parecer nº 78/2023 – CEDF, emitido pelo Conselho de Educação do Distrito Federal (peça 60, p. 3/6), cuja conclusão, com base nos elementos analisados, indicou que “*não é possível considerar o exercício das atividades do cargo de Professor de Educação Básica, componente curricular História, para licenciatura plena, ao servidor Marcos Vinícius Ibiapina de Sousa, nos termos do presente parecer*”.

17. Segundo o corpo instrutivo, o argumento central que levou o CEDF a essa conclusão foi que o diploma de Licenciado em Estudos Sociais possuído pelo interessado não atenderia ao requisito de ingresso em programas especiais de formação pedagógica para o magistério estabelecidos pela Resolução CNE/CP 02/97, haja vista que tais programas não se destinam a portadores de diploma de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

licenciatura curta, o que seria o caso. Assim, destacou que o certificado de conclusão do programa especial de formação apresentado não poderia ter sido emitido pela instituição de ensino superior.

18. A par dessas informações, verificou, em consulta ao SIRAC, que a jurisdicionada atendeu à diligência eletrônica do Sistema com a inclusão das informações que entendeu suficientes, sendo que a ficha cadastral já se encontra com carga para o TCDF.

19. Dessa forma, registrou que, em que pese o indicativo de que o curso do servidor não atenderia ao requisito de escolaridade, a análise de legalidade da admissão pela Corte será realizada em autos próprios, conforme sistemática estabelecida pela Resolução nº 276/2014 e que será providenciada, com brevidade, a autuação do respectivo processo de admissão pelo corpo instrutivo.

ii) Maria Soely Pereira e Silva Souza, Matrícula nº 222.179-9 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Atividades);

20. Quanto à admissão da servidora Maria Soely Pereira e Silva Souza, o corpo instrutivo constatou que a jurisdicionada inseriu as informações que entendeu suficientes (peça 50, p. 1) e que a ficha cadastral já se encontra com carga para análise da c. Corte. Dessa forma, entendeu que se pode ter por atendido esse ponto da diligência, sendo que a análise de legalidade da admissão pela Corte será realizada em autos próprios, conforme sistemática estabelecida pela Resolução nº 276/2014.

- Sobre o item III.a.6) a conclusão dos procedimentos relativos às acumulações dos servidores a seguir listados, podendo, desde logo, adotar as medidas necessárias para adequar as admissões ao que prescreve o art. 37, inciso XVI, da CF, inclusive quanto ao repouso semanal remunerado, cadastrando no SIRAC – Admissões as informações indispensáveis, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais à(o) CGDF/TCDF, tendo em vista que até o momento permanecem com o mesmo status de diligência atendida, mas sem o devido encaminhamento;

i) Hércules de Campos, Matrícula nº 213.284-2 (Cargo: Assistente de Educação, especialidade Secretário Escolar);

21. Tendo em conta as informações oferecidas pela jurisdicionada (peça 50, p. 1), ressaltou que a jurisdicionada incluiu as informações que entendeu suficientes e que a ficha cadastral do servidor se encontra com carga para o Controle Interno, já com parecer pelo conhecimento da admissão.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

22. Assim, entendeu que se pode ter por atendido esse ponto da diligência, indicando que a análise de legalidade da admissão pela Corte será realizada em autos próprios, conforme sistemática estabelecida pela Resolução nº 276/2014.

ii) Pedro Ivo Rodrigues Alvarenga, Matrícula nº 175.698- 2 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Educação Física);

23. Quanto ao atendimento desse subitem da diligência, considerando as manifestações da jurisdicionada (peça 50, p. 1), registrou que a SES/DF inseriu as informações que entendeu suficientes e que a ficha cadastral do servidor já se encontra com carga para o TCDF.

24. Dessa forma, entendeu que se pode ter por atendido esse ponto da diligência, observando que a análise de legalidade da admissão pela Corte será realizada em autos próprios, conforme sistemática estabelecida pela Resolução nº 276/2014.

- Sobre o item III.b) a conclusão da verificação da autenticidade perante as instituições emissoras ou registradoras dos diplomas apresentados no momento da posse pelos servidores elencados a seguir, conforme anteriormente determinado pelas Decisões TCDF nºs 4.646/2016, item IV, e 186/2021, item II, 2:

1) Mirailde Teles de Faria, Matrícula nº 230.936-x (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Língua Portuguesa);

25. Considerando o teor do Ofício nº 351/2022/GR/UFG (peça 50, p. 7/8), dando conta da autenticidade do diploma concedido a Mirailde Teles de Faria pela conclusão do curso de Letras, Licenciatura, na Faculdade Juscelino Kubitschek, em Valparaíso de Goiás - GO., o corpo instrutivo entendeu que esse ponto da diligência foi plenamente atendido pela jurisdicionada.

2) Alain Valério Matos Souza, Matrícula nº 232.030-4 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Nutrição);

26. Da mesma forma que o item precedente, considerando o conteúdo do e-mail encaminhado pelo Setor de Registro e Emissão de Diplomas da Universidade de Brasília – UnB, confirmando a autenticidade do registro do diploma de ALAIN VALÉRIO MATOS SOUZA pela conclusão do curso de Nutrição. peça 50, p. 9/10), o corpo instrutivo entendeu como plenamente atendida pela jurisdicionada a diligência sob exame.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

27. Ante o exposto, o corpo instrutivo sugeriu ao egrégio Plenário:

“I. tomar conhecimento dos Ofícios nos 1249/2022-SEE/SECEX, 127/2023-SEE/SECEX e 1976/2023 - SEE/GAB/AESP, de peças 43, 50 e 60, encaminhado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, considerando parcialmente atendida a diligência determinada pelo item III da Decisão nº 3319/2022; II. determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, em consonância com o disposto no art. 6º da Resolução TCDF nº 276/2014, providencie o atendimento das diligências constantes das Tabelas I, II e III, de peças 61, 62 e 63, respectivamente; III. autorizar: a) o encaminhamento à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF de cópias da presente instrução, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida, bem como das peças 61, 62 e 63, com vistas a subsidiar o atendimento da determinação objeto do item precedente; b) o retorno dos presentes autos à SEFIPE para os devidos fins.”

28. Os termos da mencionada Instrução foram acolhidos pelo Diretor da DIFIPE3 e pelo Secretário de Fiscalização de Pessoal, conforme Despacho nº 152/2023-DIFIPE3 (peça 65).

29. Os autos foram remetidos a este Ministério Público, para parecer, em cumprimento ao Despacho Singular nº 443/2023-GCIM (peça 66).

30. **É o relatório. Passo a opinar.**

31. De início, cumpre destacar que atuo no presente feito em substituição, consoante o disposto na Lei nº 13.024/2014, na Resolução nº 304/2017, no Ato Normativo nº 1/2015-MPC e na Decisão Administrativa nº 46/2017-TCDF.

32. É oportuno salientar que a matéria tratada nestes autos já foi objeto de análise e manifestação deste *Parquet* Especializado - Parecer nº 1010/2020 - G3P (peça 18) e Parecer nº 624/2022 – G3P (peça 39), ocasião em que foram examinados os resultados da Inspeção Programada realizada na Secretaria de Estado de Educação - SEE/DF, nos termos do Relatório de Inspeção nº 5/2020 - DIFIPE3 (peça 12) e que a presente fase processual se presta à análise das manifestações da jurisdicionada, tendo em conta o teor das diligências dispostas na Decisão nº 3319/2022 (peça 41).

33. Ao compulsar os autos, é possível verificar que as providências adotadas pela SEE/DF nesta fase processual, não atenderam integralmente as determinações contidas no item III do supramencionado *decisum*, restando



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

evidenciadas, no âmbito do SIRAC, a ausência de registros, inconsistências ou conflitos nas informações e pendências no cumprimento das diligências determinadas pelo c. Plenário, conforme se observa às peças 35, 43 (p. 1/4 e 6/25) e 50.

34. Nesse passo, quanto aos encaminhamentos propostos pela zelosa unidade instrutiva, este Parquet, desde logo os referenda por sua evidente relevância, não tendo reparos a fazer.

35. É de se destacar a importância do Sistema de Registro de Admissões e Concessões – Sirac, que tem a função de cadastrar e registrar as informações referentes aos atos de admissão de pessoal no âmbito do Distrito Federal, **com a finalidade de auxiliar o Tribunal no exercício da sua competência de apreciar a legalidade, para fins de registro, dos atos admissionais, em cumprimento ao disposto no art. 78, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal**³

36. Além disso, não é demais relembrar que por força do disposto na Resolução TCDF nº 276/2014, as jurisdicionadas estão obrigadas a realizar o correto preenchimento dos atos de pessoal no mencionado sistema, no prazo legalmente previsto, sob pena de aplicação de sanção em caso de descumprimento.

37. Diante do exposto, o Ministério Público de Contas do Distrito Federal, em convergência com a Unidade Técnica sugere ao e. Plenário o acolhimento das sugestões constantes da Informação nº 110/2023 – DIFIPE3 (peça 64).

É o parecer.

CLAUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora em substituição

³ Art. 2º da Resolução TCDF 276/2014.